



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Polícia Militar  
Diretoria de Suprimentos de Saúde Bucal

## TERMO DE REFERÊNCIA RETIFICADO II

Tendo em vista as informações colecionadas nos autos do Processo SEI-350008/004474/2024 em especial o Estudo Técnico Preliminar (ETP), confeccionado pelas cirurgiãs-dentistas CAP PM DENT ÉRIKA DA SILVA LIMA, CAP PM DENT FABIANE PROVENÇANO PIEROCCINI e CAP PM DENT GISELA GONÇALVES SANTOS, documento este norteador do planejamento da pretensa aquisição, confeccionado nos moldes da legislação vigente através da Lei nº 14.133/21 e baseado na estimativa de quantidades a serem adquiridas, devidamente justificada e baseada nas informações fornecidas pelas chefias das Unidades de Saúde Bucal (USBs) e pelo Depósito Central de Material Odontológico (DCMO), conforme **Documento de Oficialização de Demanda** (Doc 85690993) do Processo SEI-350008/001363/2024.

A aquisição de **ARCOS, FIOS E ELÁSTICOS ORTODÔNTICOS** foi abordada em Reunião do Conselho Técnico da DGO no dia 13/08/2024, na qual o Douto Conselho avaliou a necessidade da compra e deliberou favorável ao seguimento do processo. A ata desta reunião consta na árvore processual como o documento 81542590.

Desta forma, a abertura deste processo é justificada e o presente Termo de Referência Retificado (TR) foi elaborado estritamente conforme informações contidas no Estudo Técnico Preliminar Retificado (85714694).

Além destes documentos, destaca-se a que foi anexado ao processo o Mapa de Riscos Retificado (85902075), que teve como objetivo prever os possíveis riscos envolvidos no presente objeto de contratação e sugerir estratégias de mitigação e ações de contingência. Por se tratar de documento técnico, foram observados os requisitos previstos no art. 14, § 2º, do Decreto Estadual nº 48.816/2023.

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

Aquisição de **ARCOS, FIOS E ELÁSTICOS ORTODÔNTICOS** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Trata-se de bens de consumo, de acordo com Decreto nº 48.322 de 13 de janeiro de 2023:

“Art. 2º Para efeito deste Decreto, considera-se bem de consumo todo material que atenda a pelo menos um dos critérios a seguir:

*I - durabilidade - em uso normal, perde ou reduz as suas condições de uso, no prazo de dois anos;*

*II - fragilidade - facilmente quebradiço ou deformável, de modo irrecuperável ou com perda de sua identidade;*

*III - perecibilidade - sujeito a modificações químicas ou físicas que levam à deterioração ou à perda de suas condições de uso com o decorrer do tempo;*

*IV - incorporabilidade - destinado à incorporação em outro bem, ainda que suas características originais sejam alteradas, de modo que sua retirada acarrete prejuízo à essência do bem principal; ou*

*V - transformabilidade - adquirido para fins de utilização como matéria-prima ou matéria intermediária para a geração de outro bem”.*

**Tabela 1**

ITEM	ID SIGA	NOME	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE SEPM
1.	67274	ARCO AÇO .014" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL CROMO, DIMENSAO: .014`L O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 10 unidades.	PCT C/ 10	37
2.	67275	ARCO AÇO .014" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: NIQUEL CROMO, DIMENSAO: 014`U O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 10 unidades.	PCT C/ 10	23
3.	67273	ARCO AÇO .016" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL CROMO, DIMENSAO: 016`L O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 10 unidades.	PCT C/ 10	31

4.	71625	ARCO AÇO .016"X.022" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: CrNi , DIMENSAO: .016`x.022`` O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 10 unidades	PCT C/ 10	43
5.	71610	ARCO AÇO .016"X.022" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: CrNi , DIMENSAO: .016`x.022`` O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 10 unidades	PCT C/ 10	158
6.	147955	ARCO AÇO .017"X.025" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE-CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL CROMO, DIMENSAO: 0,17` X 0,25``, FORMA FORNECIMENTO: PACOTE COM 10 UNIDADES	PCT C/ 10	28
7.	71628	ARCO AÇO .017"X.025" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: CrNi , DIMENSAO: .017`x.025`` O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 10 unidades	PCT C/ 10	171
8.	67276	ARCO AÇO .018" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: NIQUEL CROMO, DIMENSAO: 018` U O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 10 unidades.	PCT C/ 10	23
9.	65261	ARCO AÇO .019"X.025" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: CrNi , DIMENSAO: .019`x.025`` O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 10 unidades.	PCT C/ 10	39
10.	65260	ARCO AÇO .019"X.025" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: CrNi , DIMENSAO: .019`x.025`` O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 10 unidades	PCT C/ 10	160
11.	72580	ARCO AÇO .020" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: CrNi , DIMENSAO: .020`` O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 10 unidades	PCT C/ 10	72
12.	72578	ARCO AÇO .020" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: CrNi, DIMENSAO: .020`` O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 10 unidades	PCT C/ 10	43
13.	71053	ARCO EXTRAORAL MÉDIO DURO	ARCO ORTODONTICO - TIPO: EXTRA ORAL MEDIO DURO, MATERIAL: ACO INOX, DIMENSAO: 1,15mm (045°)	UN	12
14.	72422	ARCO NITI .012" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: .012`` O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 10 unidades de tubo de Roth com angulação de 14°.	PCT C/ 10	86
15.	655	ARCO NITI .012" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: 012 "" O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 10 unidades	PCT C/ 10	200
16.	650	ARCO NITI .014" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: 014 "" O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 10 unidades.	PCT C/ 10	84
17.	65472	ARCO NITI .014" INFERIOR REVERSO	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO REVERSO INFERIOR - INTRA ORAL, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: .014`` O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 10 unidades.	PCT C/ 10	22
18.	656	ARCO NITI .014" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: 014 "" O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 10 unidades.	PCT C/ 10	31
19.	67329	ARCO NITI .016" INFERIOR REVERSO	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO REVERSO INFERIOR , MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: 016` O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 10 unidades.	PCT C/ 10	12
20.	71056	ARCO NITI .016" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: 016`` O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 10 unidades	PCT C/ 10	205
21.	72024	ARCO NITI .016"X.022" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: .016`x.022`` O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 10 unidades	PCT C/ 10	198
22.	72026	ARCO NITI .017"X.025" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: .017`x.025`` O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 10 unidades	PCT C/ 10	177
23.	652	ARCO NITI .018" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: 018 ""	PCT C/ 10	97

24.	72123	ARCO NITI .019"X.025" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: .019``x.025`` O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 10 unidades.	PCT C/ 10	98
25.	65262	ARCO NITI .019"X.025" INFERIOR REVERSO	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO REVERSO INFERIOR , MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: .019``x.025`` O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 10 unidades.	PCT C/ 10	18
26.	72034	ARCO NITI .019"X.025" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: .019``x.025`` O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 10 unidades.	PCT C/ 10	50
27.	65518	ARCO NITI TERMO .016" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO TERMOATIVADO, DIMENSAO: .016`` O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 10 unidades	PCT C/ 10	150
28.	65263	ARCO NITI TERMO .016"X.022" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO TERMOATIVADO, DIMENSAO: .016``x.022`` O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 10 unidades	PCT C/ 10	156
29.	65270	ARCO NITI TERMO .017"X.025" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO TERMOATIVADO, DIMENSAO: .017``x.025`` O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 10 unidades	PCT C/ 10	60
30.	70620	ELÁSTICO CORRENTE CURTO	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: CORRENTE, FORCA: NAO APLICAVEL, COR: CINZA, TAMANHO: CURTO - COM 4,5 METROS O produto a ser cotado deverá ser um rolo de 4,5 metros de elástico.	UN	40
31.	70676	ELÁSTICO CORRENTE LONGO	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: CORRENTE, FORCA: NAO APLICAVEL, COR: CINZA, TAMANHO: LONGO 4,5M O produto a ser cotado deverá ser um rolo de 4,5 metros de elástico.	UN	26
32.	70679	ELÁSTICO CORRENTE MÉDIO	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: CORRENTE, FORCA: NAO APLICAVEL, COR: CINZA, TAMANHO: MEDIO 4,5M O produto a ser cotado deverá ser um rolo de 4,5 metros de elástico.	UN	81
33.	6398	ELÁSTICO EXTRAORAL 1/2 MÉDIO	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: EXTRA-ORAL, FORCA: MEDIA, COR: NATURAL, TAMANHO: 1/2"" (12,7MM)"" O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 1000 unidades.	PCT C/ 100	98
34.	65380	ELÁSTICO EXTRAORAL 1/2 PESADO	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: EXTRA-ORAL, FORCA: PESADA, COR: NATURAL, TAMANHO: 1/2`` (12,7MM) O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 1000 unidades.	PCT C/ 100	91
35.	6400	ELÁSTICO INTRAORAL 1/4 MÉDIO	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: INTRA-ORAL, FORCA: NAO APLICAVEL, COR: NATURAL, TAMANHO: 1/4"" (6,35MM)"" O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 1000 unidades.	PCT C/ 1000	102
36.	6401	ELÁSTICO INTRAORAL 1/8 MÉDIO	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: INTRA-ORAL, FORCA: NAO APLICAVEL, COR: NATURAL, TAMANHO: 1/8"" (3,2MM)"" O elástico a ser cotado deverá ter intensidade de força média, o valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 1.000unidades.	PCT C/ 1000	71
37.	6402	ELÁSTICO INTRAORAL 3/16 MÉDIO	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: INTRA-ORAL, FORCA: NAO APLICAVEL, COR: NATURAL, TAMANHO: 3/16"" (4,8MM)"" O elástico a ser cotado deverá ter intensidade de força média, o valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 1.000 unidades.	PCT C/ 1000	183
38.	65381	ELÁSTICO INTRAORAL 3/8 LEVE	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: INTRA-ORAL, FORCA: LEVE, COR: NATURAL, TAMANHO: 3/8`` O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 1000 unidades.	PCT C/ 1000	4
39.	6403	ELÁSTICO INTRAORAL 5/16 MÉDIO	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: INTRA-ORAL, FORCA: NAO APLICAVEL, COR: NATURAL, TAMANHO: 5/16"" (7,94MM)"" O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 1000 unidades.	PCT C/ 1000	26
40.	144362	ELÁSTICO LIGADURA COLORIDO	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: LIGADURA, FORCA: N/A, COR: MULTICORES, TAMANHO: UNICO, FORMA FORNECIMENTO: PACOTE 10 BENGALINHAS O produto a ser cotado deverá ser um pacote de elásticos para ligadura com 1.000 unidades, acondicionadas em formato de "bengalinha", em cores sortidas.	PCT C/ 1000	95
41.	65379	ELÁSTICO ROTADOR	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: INTRA-ORAL ROTADORES, FORCA: NAO APLICAVEL, COR: CINZA, TAMANHO: UNICO	PCT C/ 100	10
42.	70562	ELÁSTICO SEPARADOR	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: SEPARADOR, FORCA: NAO APLICAVEL, COR: AZUL, TAMANHO: ØInt. 1.60 x ØExt. 4.0 O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 1000 unidades	PCT C/ 1000	15

43.	54904	FIO AMARRILHO .010"	FIO ORTODONTICO - TIPO: AMARRILHO , FORMATO: REDONDO, DIMENSAO: .010`` (0,25MM), MATERIAL: ACO INOX O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 carretel de 50 gramas.	UN	8
44.	65358	FIO AMARRILHO .012"	FIO ORTODONTICO - TIPO: AMARRILHO , FORMATO: REDONDO, DIMENSAO: .012``, MATERIAL: CrNi Produto a ser cotado devera ser rolo com 90 m. Material a ser cotado deverá ser de liga de Níquel-Cromo, Dimensão: .012"(0,30mm), Carretel com 50g	UN	17
45.	65359	FIO DURO ELÁSTICO .024" (0,6MM)	FIO ORTODONTICO - TIPO: DURO ELASTICO, FORMATO: REDONDO, DIMENSAO: .024`` (0,60MM), MATERIAL: CrNi O produto a ser cotado devera ser rolo com 22 metros.	UN	2
46.	65360	FIO DURO ELÁSTICO .028" (0,7MM)	FIO ORTODONTICO - TIPO: DURO ELASTICO, FORMATO: REDONDO, DIMENSAO: .028`` (0.70MM) , MATERIAL: CrNi O produto a ser cotado devera ser rolo com 16 metros.	UN	2
47.	68524	FIO DURO ELÁSTICO .032" (0,8MM)	FIO ORTODONTICO - TIPO: DURO ELASTICO, FORMATO: REDONDO, DIMENSAO: .032` - 0,80 mm, MATERIAL: CrNi O produto a ser cotado devera ser rolo com 12 metros.	UN	2
48.	68525	FIO DURO ELÁSTICO .036" (0,9MM)	FIO ORTODONTICO - TIPO: DURO ELASTICO, FORMATO: REDONDO, DIMENSAO: .036` - 0,90mm, MATERIAL: CrNi O produto a ser cotado devera ser rolo com 10 metros.	UN	2
49.	65361	FIO DURO ELÁSTICO .040" (1,MM)	FIO ORTODONTICO - TIPO: DURO ELASTICO, FORMATO: REDONDO, DIMENSAO: .040`` (1,00 MM) , MATERIAL: CrNi O produto a ser cotado devera ser rolo com 8 metros.	UN	2
50.	67931	FIO KOBAYASHI LONGO .012"	FIO ORTODONTICO - TIPO: AMARRILHO KOBAYASHI LONGO, FORMATO: REDONDO, DIMENSAO: .012``, MATERIAL: ACO INOX O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 100 unidades.	PCT C/ 100	6
51.	54872	VARETA AÇO .017"X.022"	FIO ORTODONTICO - TIPO: VARETA, FORMATO: RETANGULAR, DIMENSAO: .017`` X .022``, MATERIAL: ACO INOX O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 tubo com 10 unidades.	PCT C/ 10	3
52.	54902	VARETA AÇO .018"	FIO ORTODONTICO - TIPO: VARETA , FORMATO: REDONDO - TIPO STANDARD, DIMENSAO: .018``(0,45), MATERIAL: ACO INOX O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 tubo com 10 unidades.	PCT C/ 10	1
53.	54903	VARETA AÇO .019"X.025"	FIO ORTODONTICO - TIPO: VARETA , FORMATO: RETANGULAR TIPO STANDARD, DIMENSAO: .019`` X .025``, MATERIAL: ACO INOX O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 tubo com 10 unidades.	PCT C/ 10	2
54.	54901	VARETA AÇO .020"	FIO ORTODONTICO - TIPO: VARETA, FORMATO: REDONDO - TIPO STANDARD, DIMENSAO: .020``, MATERIAL: ACO INOX O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 tubo com 10 unidades.	PCT C/ 10	2
55.	185682	VARETA TMA .017"X.025"	FIO ORTODONTICO, TIPO: VARETA, FORMATO: RETANGULAR, DIMENSAO: 0,017`` X 0,025``, MATERIAL: LIGA DE TITANIO E MOLIBDENIO, FORMA FORNECIMENTO: TUBO 10 UNIDADES	PCT C/ 10	24
56.	71826	VARETA TMA .018"X.025"	FIO ORTODONTICO, TIPO: VARETA, FORMATO: RETANGULAR, DIMENSAO: .018`` x .025``, MATERIAL: TiMo	PCT C/ 10	25
57.	144329	VARETA TWIST-FLEX .018"	FIO ORTODONTICO - TIPO: TWIST - FLEX, FORMATO: REDONDO, DIMENSAO: .018``(0,45), MATERIAL: ACO INOX, FORMA FORNECIMENTO: PACOTE 10 UN	PCT C/ 10	5
58.	185680	VARETA TWIST-FLEX .020"	FIO ORTODONTICO, TIPO: VARETA, FORMATO: REDONDO, DIMENSAO: 0.020 POLEGADAS, MATERIAL: CRNI, FORMA FORNECIMENTO: TUBO 10 UNIDADES	PCT C/ 10	2

- As especificações do objeto estão de acordo com o catálogo de materiais do Sistema Integrado de Gestão de Aquisição do Estado do Rio de Janeiro (SIGA), não havendo especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias na definição do objeto que possam limitar a competição.
- O objeto desta contratação é caracterizado como comum, nos termos do inciso XIII, do art. 6º da Lei Federal 14.133 de 2021, por apresentar padrão de qualidade e desempenho, definidos por meio de especificações usuais do mercado, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.
- O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de

**1.1. MEMÓRIA DE CÁLCULO:**

- O quantitativo dos bens a serem adquiridos foi baseado no **consumo anual** para abastecimento das USBs, e teve estimativa fundamentada no perfil de atendimento de cada USB, no efetivo disponível para atendimento, no grau de complexidade dos procedimentos, na quantidade de atendimentos por turno em todas as USBs subordinadas à DGO e no estoque atual, conforme Documento de Oficialização de Demanda (Doc 85690993).
- Importante observar que a memória de cálculo contempla previsão de consumo das USBs para um período de doze meses (coluna 6). Foi avaliada a criticidade e a durabilidade dos itens a serem adquiridos e previsto um aumento de consumo de 15% dentro da previsão de consumo anual (coluna 7). A opção por manifestar tal previsão vem em favor do princípio do planejamento, manifestado no Art. 5º da Lei 14.133/21, como forma de evitar a interrupção da assistência odontológica prestada aos beneficiários do FUSPOM, considerando a entrada de 4 mil soldados prevista para o ano de 2025, através de Concurso de Formação de Soldados da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, conforme noticiado amplamente em redes sociais pelo Governo do Estado. Vale salientar que o número de novos soldados que se tornarão beneficiários do FUSPOM será em torno de 10% em relação ao número de efetivo total da Corporação. Soma-se a essa expectativa o número de dependentes, o qual não seria possível estimar no momento, porém por base, levando em consideração mais um beneficiário para cada novo militar, dobraria a atual entrada no sistema de saúde bucal. Assim, para não superestimar, aos dependentes limitou-se um acréscimo de 5%, somando-se o total de 15% a mais no consumo atual.
- A quantidade total de insumos odontológicos a ser solicitada para suprir as USBs da SEPM, arredondada para o número inteiro mais próximo, está demonstrada na tabela 2 (coluna 10).
- Como se trata de Pregão Eletrônico com Registro de Preços, os itens serão solicitados conforme a demanda, através de instrumentos contratuais formais.

Os dados foram compilados na tabela abaixo (**Tabela 2**):

ITEM	ID SIGA	NOME	DESCRIÇÃO	UN	PREVISÃO DE CONSUMO(1 ANO) = PEDIDO DAS USBs (de 01 a 12/2023)	PREVISÃO DE AUMENTO DE CONSUMO (15%)	PREVISÃO DE CONSUMO + PREVISÃO DE AUMENTO DE CONSUMO (PC+15%)	ESTOQUE ATUAL	QUANTIDADE SEPM
1.	67274	ARCO AÇO .014" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL CROMO, DIMENSAO: .014``L	PCT C/ 10	46	6,9	52,9	16	37
2.	67275	ARCO AÇO .014" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: NIQUEL CROMO, DIMENSAO: 014`` U	PCT C/ 10	20	3	23	0	23
3.	67273	ARCO AÇO .016" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL CROMO, DIMENSAO: 016``L	PCT C/ 10	59	8,85	67,85	37	31
4.	71625	ARCO AÇO .016"X.022" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: CrNi , DIMENSAO: .016``x.022``	PCT C/ 10	70	10,5	80,5	38	43

5.	71610	ARCO AÇO .016"X.022" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: CrNi , DIMENSAO: .016``x.022``	PCT C/ 10	137	20,55	157,55	0	158
6.	147955	ARCO AÇO .017"X.025" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE-CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL CROMO, DIMENSAO: 0,17`` X 0,25``, FORMA FORNECIMENTO: PACOTE COM 10 UNIDADES	PCT C/ 10	42	6,3	48,3	20	28
7.	71628	ARCO AÇO .017"X.025" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: CrNi , DIMENSAO: .017``x.025``	PCT C/ 10	149	22,35	171,35	0	171
8.	67276	ARCO AÇO .018" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: NIQUEL CROMO, DIMENSAO: 018` U	PCT C/ 10	20	3	23	0	23
9.	65261	ARCO AÇO .019"X.025" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: CrNi , DIMENSAO: .019``x.025``	PCT C/ 10	34	5,1	39,1	0	39
10.	65260	ARCO AÇO .019"X.025" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: CrNi , DIMENSAO: .019``x.025``	PCT C/ 10	139	20,85	159,85	0	160
11.	72580	ARCO AÇO .020" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: CrNi , DIMENSAO: .020``	PCT C/ 10	63	9,45	72,45	0	72
12.	72578	ARCO AÇO .020" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: CrNi, DIMENSAO: .020``	PCT C/ 10	47	7,05	54,05	11	43
13.	71053	ARCO EXTRAORAL MÉDIO DURO	ARCO ORTODONTICO - TIPO: EXTRA ORAL MEDIO DURO, MATERIAL: ACO INOX, DIMENSAO: 1,15mm (045°)	UN	10	1,5	11,5	0	12

14.	72422	ARCO NITI .012" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: .012``	PCT C/ 10	75	11,25	86,25	0	86
15.	655	ARCO NITI .012" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: 012 ""	PCT C/ 10	174	26,1	200,1	0	200
16.	650	ARCO NITI .014" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: 014 ""	PCT C/ 10	73	10,95	83,95	0	84
17.	65472	ARCO NITI .014" INFERIOR REVERSO	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO REVERSO INFERIOR - INTRA ORAL, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: .014``	PCT C/ 10	19	2,85	21,85	0	22
18.	656	ARCO NITI .014" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: 014 ""	PCT C/ 10	34	5,1	39,1	8	31
19.	67329	ARCO NITI .016" INFERIOR REVERSO	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO REVERSO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: 016`	PCT C/ 10	10	1,5	11,5	0	12
20.	71056	ARCO NITI .016" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: 016``	PCT C/ 10	178	26,7	204,7	0	205
21.	72024	ARCO NITI .016"X.022" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: .016`x.022``	PCT C/ 10	172	25,8	197,8	0	198

22.	72026	ARCO NITI .017"X.025" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: .017`x.025`	PCT C/ 10	154	23,1	177,1	0	177
23.	652	ARCO NITI .018" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: 018 ""	PCT C/ 10	87	13,05	100,05	3	97
24.	72123	ARCO NITI .019"X.025" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: .019`x.025`	PCT C/ 10	85	12,75	97,75	0	98
25.	65262	ARCO NITI .019"X.025" INFERIOR REVERSO	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO REVERSO INFERIOR , MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: .019`x.025`	PCT C/ 10	16	2,4	18,4	0	18
26.	72034	ARCO NITI .019"X.025" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: .019`x.025`	PCT C/ 10	55	8,25	63,25	13	50
27.	65518	ARCO NITI TERMO .016" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO TERMOATIVADO, DIMENSAO: .016`	PCT C/ 10	149	22,35	171,35	21	150
28.	65263	ARCO NITI TERMO .016"X.022" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO TERMOATIVADO, DIMENSAO: .016`x.022`	PCT C/ 10	160	24	184	28	156
29.	65270	ARCO NITI TERMO .017"X.025" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO TERMOATIVADO, DIMENSAO: .017`x.025`	PCT C/ 10	91	13,65	104,65	45	60

30.	70620	ELÁSTICO CORRENTE CURTO	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: CORRENTE, FORÇA: NAO APLICAVEL, COR: CINZA, TAMANHO: CURTO - COM 4,5 METROS	UN	35	5,25	40,25	0	40
31.	70676	ELÁSTICO CORRENTE LONGO	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: CORRENTE, FORÇA: NAO APLICAVEL, COR: CINZA, TAMANHO: LONGO 4,5M	UN	23	3,45	26,45	0	26
32.	70679	ELÁSTICO CORRENTE MÉDIO	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: CORRENTE, FORÇA: NAO APLICAVEL, COR: CINZA, TAMANHO: MEDIO 4,5M	UN	70	10,5	80,5	0	81
33.	6398	ELÁSTICO EXTRAORAL 1/2 MÉDIO	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: EXTRA-ORAL, FORÇA: MEDIA, COR: NATURAL, TAMANHO: 1/2"" (12,7MM)""	PCT C/ 100	87	13,05	100,05	2	98
34.	65380	ELÁSTICO EXTRAORAL 1/2 PESADO	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: EXTRA-ORAL, FORÇA: PESADA, COR: NATURAL, TAMANHO: 1/2`` (12,7MM)	PCT C/ 100	79	11,85	90,85	0	91
35.	6400	ELÁSTICO INTRAORAL 1/4 MÉDIO	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: INTRA-ORAL, FORÇA: NAO APLICAVEL, COR: NATURAL, TAMANHO: 1/4"" (6,35MM)""	PCT C/ 1000	91	13,65	104,65	3	102
36.	6401	ELÁSTICO INTRAORAL 1/8 MÉDIO	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: INTRA-ORAL, FORÇA: NAO APLICAVEL, COR: NATURAL, TAMANHO: 1/8"" (3,2MM)""	PCT C/ 1000	62	9,3	71,3	0	71
37.	6402	ELÁSTICO INTRAORAL 3/16 MÉDIO	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: INTRA-ORAL, FORÇA: NAO APLICAVEL, COR: NATURAL, TAMANHO: 3/16"" (4,8MM)""	PCT C/ 1000	159	23,85	182,85	0	183
38.	65381	ELÁSTICO INTRAORAL 3/8 LEVE	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: INTRA-ORAL, FORÇA: LEVE, COR: NATURAL, TAMANHO: 3/8``	PCT C/ 1000	11	1,65	12,65	9	4

39.	6403	ELÁSTICO INTRAORAL 5/16 MÉDIO	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: INTRA-ORAL, FORÇA: NAO APLICAVEL, COR: NATURAL, TAMANHO: 5/16"" (7,94MM)""	PCT C/ 1000	42	6,3	48,3	22	26
40.	144362	ELÁSTICO LIGADURA COLORIDO	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: LIGADURA, FORÇA: N/A, COR: MULTICORES, TAMANHO: UNICO, FORMA FORNECIMENTO: PACOTE 10 BENGALINHAS	PCT C/ 1000	83	12,45	95,45	0	95
41.	65379	ELÁSTICO ROTADOR	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: INTRA-ORAL ROTADORES, FORÇA: NAO APLICAVEL, COR: CINZA, TAMANHO: UNICO	PCT C/ 100	9	1,35	10,35	0	10
42.	70562	ELÁSTICO SEPARADOR	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: SEPARADOR, FORÇA: NAO APLICAVEL, COR: AZUL, TAMANHO: ØInt. 1.60 x ØExt. 4.0	PCT C/ 1000	15	2,25	17,25	2	15
43.	54904	FIO AMARRILHO .010"	FIO ORTODONTICO - TIPO: AMARRILHO , FORMATO: REDONDO, DIMENSAO: .010`` (0,25MM), MATERIAL: ACO INOX	UN	7	1,05	8,05	0	8
44.	65358	FIO AMARRILHO .012"	FIO ORTODONTICO - TIPO: AMARRILHO , FORMATO: REDONDO, DIMENSAO: .012``, MATERIAL: CrNi	UN	15	2,25	17,25	0	17
45.	65359	FIO DURO ELÁSTICO .024" (0,6MM)	FIO ORTODONTICO - TIPO: DURO ELASTICO, FORMATO: REDONDO, DIMENSAO: .024`` (0,60MM), MATERIAL: CrNi	UN	2	0,3	2,3	0	2
46.	65360	FIO DURO ELÁSTICO .028" (0,7MM)	FIO ORTODONTICO - TIPO: DURO ELASTICO, FORMATO: REDONDO, DIMENSAO: .028`` (0.70MM) , MATERIAL: CrNi	UN	2	0,3	2,3	0	2
47.	68524	FIO DURO ELÁSTICO .032" (0,8MM)	FIO ORTODONTICO - TIPO: DURO ELASTICO, FORMATO: REDONDO, DIMENSAO: .032`- 0,80 mm, MATERIAL: CrNi	UN	2	0,3	2,3	0	2

48.	68525	FIO DURO ELÁSTICO .036" (0,9MM)	FIO ORTODONTICO - TIPO: DURO ELASTICO, FORMATO: REDONDO, DIMENSAO: .036` - 0,90mm, MATERIAL: CrNi	UN	2	0,3	2,3	0	2
49.	65361	FIO DURO ELÁSTICO .040" (1,MM)	FIO ORTODONTICO - TIPO: DURO ELASTICO, FORMATO: REDONDO, DIMENSAO: .040`` (1,00 MM), MATERIAL: CrNi	UN	2	0,3	2,3	0	2
50.	67931	FIO KOBAYASHI LONGO .012"	FIO ORTODONTICO - TIPO: AMARRILHO KOBAYASHI LONGO, FORMATO: REDONDO, DIMENSAO: .012``, MATERIAL: ACO INOX	PCT C/ 100	5	0,75	5,75	0	6
51.	54872	VARETA AÇO .017"X.022"	FIO ORTODONTICO - TIPO: VARETA, FORMATO: RETANGULAR, DIMENSAO: .017`` X .022``, MATERIAL: ACO INOX O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 tubo com 10 unidades.	PCT C/ 10	3	0,45	3,45	0	3
52.	54902	VARETA AÇO .018"	FIO ORTODONTICO - TIPO: VARETA , FORMATO: REDONDO - TIPO STANDARD, DIMENSAO: .018``(0,45), MATERIAL: ACO INOX O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 tubo com 10 unidades.	PCT C/ 10	1	0,15	1,15	0	1
53.	54903	VARETA AÇO .019"X.025"	FIO ORTODONTICO - TIPO: VARETA , FORMATO: RETANGULAR TIPO STANDARD, DIMENSAO: .019`` X .025``, MATERIAL: ACO INOX O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 tubo com 10 unidades.	PCT C/ 10	2	0,3	2,3	0	2
54.	54901	VARETA AÇO .020"	FIO ORTODONTICO - TIPO: VARETA, FORMATO: REDONDO - TIPO STANDARD, DIMENSAO: .020``, MATERIAL: ACO INOX O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 tubo com 10 unidades.	PCT C/ 10	2	0,3	2,3	0	2

55.	185682	VARETA TMA .017"X.025"	FIO ORTODONTICO, TIPO: VARETA, FORMATO: RETANGULAR, DIMENSAO: 0,017" X 0,025", MATERIAL: LIGA DE TITANIO E MOLIBDENIO, FORMA FORNECIMENTO: TUBO 10 UNIDADES	PCT C/ 10	21	3,15	24,15	0	24
56.	71826	VARETA TMA .018"X.025"	FIO ORTODONTICO, TIPO: VARETA, FORMATO: RETANGULAR, DIMENSAO: .018" x .025", MATERIAL: TiMo	PCT C/ 10	22	3,3	25,3	0	25
57.	144329	VARETA TWIST-FLEX .018"	FIO ORTODONTICO - TIPO: TWIST - FLEX, FORMATO: REDONDO, DIMENSAO: .018" (0,45), MATERIAL: ACO INOX, FORMA FORNECIMENTO: PACOTE 10 UN	PCT C/ 10	4	0,6	4,6	0	5
58.	185680	VARETA TWIST-FLEX .020"	FIO ORTODONTICO, TIPO: VARETA, FORMATO: REDONDO, DIMENSAO: 0.020 POLEGADAS, MATERIAL: CRNI, FORMA FORNECIMENTO: TUBO 10 UNIDADES	PCT C/ 10	2	0,3	2,3	0	2

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

A Diretoria Geral de Odontologia (DGO) da SEPM, dentre outras atribuições, é responsável por proporcionar atendimento odontológico de excelência ao Policial Militar, seus dependentes e pensionistas, beneficiários do Fundo de Saúde da Polícia Militar (FUSPOM), através do gerenciamento do Sistema de Saúde Bucal da Corporação.

A garantia da assistência médico-hospitalar nas Unidades de Saúde próprias da Corporação está prevista nos art. 44 e 48 da Lei Estadual nº 279 de 1979<sup>1</sup>, nas Instruções Reguladoras para Assistência à Saúde na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro dispostas na Portaria PMERJ nº 922, de 22 de outubro de 2018, e na Portaria SEPM nº 1042, de 03 de outubro de 2022.

Atualmente, a Secretaria de Estado de Polícia Militar (SEPM) conta com 39 Unidades de Saúde Bucal (USBs) distribuídas pelo Estado do Rio de Janeiro que oferecem aos Policiais Militares, seus dependentes e pensionistas, contribuintes do Fundo de Saúde da Polícia Militar (FUSPOM), atendimento odontológico 24 horas em 4 níveis de complexidade, abrangendo os regimes ambulatorial, hospitalar e emergencial.

O ano de 2023 foi o primeiro de atendimento pleno nas USBs após o período pandêmico, primeiro ano com todo o efetivo do Quadro de Oficiais e Praças Temporários à disposição e o ano em que se iniciou o serviço das unidades novas e reativadas. Outrossim, importante salientar que dia adicional na semana (sábado), assim como extensão do horário diário de funcionamento ambulatorial foram implementados. Desta forma, um novo balanço de consumo de insumos odontológicos foi definido, tornando necessárias novas aquisições e a alteração das memórias de cálculo previamente utilizadas em anos anteriores, prevendo o aumento da demanda proveniente das alterações citadas, assim como do momento previsto para atingir o funcionamento pleno ainda não alcançado, pelas unidades inauguradas em 2023.

Objetivando abastecer as Unidades de Saúde Bucal, antigas, recém criadas, ampliadas e reativadas é necessária a aquisição de **ARCOS, FIOS E ELÁSTICOS ORTODÔNTICOS**, pois configuram-se itens indispensáveis ao atendimento odontológico e funcionamento pleno destas unidades.

Diante do exposto, justifica-se a abertura de um novo processo para a aquisição de **ARCOS, FIOS E ELÁSTICOS ORTODÔNTICOS**, com a finalidade de abastecer as USBs e possibilitar a atenção odontológica aos beneficiários do FUSPOM.

Considerando o Decreto nº 48.816/2023, que regulamenta a fase preparatória das contratações no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, o presente Termo de Referência tem por objetivo apresentar ao Sr(a). Ordenador(a) de Despesas a necessidade de aquisição, demonstrar a viabilidade da contratação e estabelecer as condições para o fornecimento de tais bens comuns a fim de suprir as necessidades das USBs da SEPM, de acordo com as especificações constantes do Edital e seus Anexos.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. Conforme o Anexo I (Pesquisa de Atas Válidas – Doc 79833353), foram encontradas atas válidas para 10 itens presentes no atual processo:

- Item 3 (ID 67273): Ata 0016/2024/510100-02
- Item 6 (ID 147955): Ata 0018/2024/510100-03
- Item 8 (ID 67277): Ata 0017/2024/510100-02
- Item 10 (ID 65264): Ata 0017/2024/510100-02
- Item 15 (ID 72422): Ata 0016/2024/510100-02
- Item 17 (ID 650): Ata 0017/2024/510100-02
- Item 29 (ID 65263): Ata 0017/2024/510100-02
- Item 30 (ID 65270): Ata 0017/2024/510100-02
- Item 33 (ID 70679): Ata 0017/2024/510100-02
- Item 53 (ID 67931): Ata 0016/2024/510100-02

Ao analisar as atas encontradas, foram encontradas as seguintes datas de validade:

Ata 0016/2024/510100-02: Validade 11/07/2025

Ata 0017/2024/510100-02: Validade 11/07/2025

Ata 0018/2024/510100-03: Validade 11/07/2025

Porém, o saldo destas atas já está totalmente comprometido com a solicitação de contratação para as referidas atas:

Correspondência Interna - NA 2913 Solicitação de Fornecimento de bens Ata 16/2024 (79157205)

Correspondência Interna - NA 2916 Solicitação de Fornecimento de bens Ata 17/2024 (79182008)

Correspondência Interna - NA 2922 Solicitação de Fornecimento de bens Ata 18/2024 (79236343)

Desta forma, aderir a ata de registro de preços não é uma opção viável.

Insta destacar que, no momento da contratação, uma nova busca por atas válidas será realizada e efetivar-se-á a contratação mais vantajosa para administração.

3.2. A entrada, na qualidade de órgão participe, em um processo licitatório já iniciado para formação de Ata de Registro de Preços através do SRP não é uma alternativa viável, pois não há, nesse momento, Intenção de Registro de Preços publicada que contemple os itens pretendidos, conforme demonstrado no Anexo II (Pesquisa IRP - 79837963).

3.3. A opção de realizar um processo eletrônico de Dispensa de Licitação fundamentado no decreto estadual nº 48.820/23 **não é viável**, em função do valor apurado no **item 11** (ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO) do presente documento.

3.4. Devido às características do objeto, a modalidade a ser adotada para este Processo Licitatório é o **Pregão**, em sua forma eletrônica, como preceitua o art. 29 da Lei Federal nº14.133/21:

*“Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.”*

A opção por utilizar o **Sistema de Registro de Preços** deve-se ao fato de que, conforme art. 3º do Decreto Estadual nº 48.843/23, o Sistema de Registro de Preços será adotado preferencialmente, nas seguintes hipóteses:

*“Art 3. O SRP deverá ser adotado, preferencialmente, nas seguintes hipóteses:*

*“(…)II – quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida (...);*

*(…) IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.”*

Ambas as situações descritas acima se enquadram na condição do referido certame, pois a entrega parcelada também se justifica para evitar dificuldades relacionadas ao armazenamento destes suprimentos. Ademais, o Sistema de Registro de Preços permitirá que as

solicitações dos itens sejam requeridas conforme a necessidade de aquisição demandada pelas Unidades de Saúde Bucal da SEPM, durante o período de vigência da ata de registro de preços. Somado a isso, a título de recomendação como boa prática em compras públicas, a possibilidade de realizar a pretensa aquisição em SRP possibilita que os demais órgãos e entidades da Administração pública estadual participem de uma compra coletiva, o que pode, em tese, reduzir os custos do certame e proporcionar economia em escala.

Insta destacar que, nos termos do artigo 40 da Lei nº 14.133/21, inc V, letra b:

*“Art 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:*

*V. atendimento aos princípios:*

*b- do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;”*

*“Art. 3º O SRP deverá ser adotado, preferencialmente, nas seguintes hipóteses:*

*I - Quando a contratação se voltar ao atendimento de necessidade permanente, prolongada ou frequente do bem ou do serviço a ser contratado;*

*II - Quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço ou postos de trabalho, ou em regime de tarefa;*

*III - Quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou entidade, bem como aos programas de governo; ou*

*IV - Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.”*

Considerando que o dever de parcelamento decorre de análise de conveniência e oportunidade em dividir o objeto em itens/lotes, para ampliar a competitividade e, dessa forma, aumentar a chance de obter melhores propostas, sem que disso resultem prejuízos técnico e econômico, é importante esclarecer que o objeto da pretensa aquisição será dividido em itens, garantindo a manutenção da viabilidade técnica para ampliar a disputa sem prejudicar a relação custo-benefício para garantir a economicidade para a administração e permitir que as empresas interessadas participem do pregão e façam propostas para os itens que lhes são mais interessantes, o que caracteriza a amplitude da abertura de propostas ao mercado.

#### **4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO:**

4.1. O gerenciador da Ata de Registro de Preços é a SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR (SEPM), inscrito no CNPJ sob o nº 32.690.668/0001-02.

4.2. A possibilidade de adesão por órgãos e entidades não-participantes encontra-se prevista na Clausula Quarta da Ata de Registro de preços.

4.3. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021 e do art. 20 do Decreto Estadual 48.483/2023.

4.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da publicação em imprensa oficial do extrato do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

4.5. O prazo para a assinatura da ata de registro de preços pelo(s) licitante(s) melhor classificado(s) está previsto no instrumento convocatório.

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

##### **5.1- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da CONTRATADA:

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da perfeita execução do objeto.

A Contratada deverá efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, na quantidade, com a qualidade, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância às especificações constantes no Termo de Referência, acompanhados da respectiva nota fiscal, onde constará detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência, local de entrega e prazo de garantia, e demais informações pertinentes ao objeto contratado.

A Contratada deverá entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, estando incluídas no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias.

A Contratada deverá responsabilizar-se por reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir no todo ou em parte e às suas expensas, **no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos**, itens do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações, de acordo com os artigos nº 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidos (Lei nº 8.078 de 1990).

A Contratada deverá manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato.

A Contratada deverá comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.

A Contratada deverá indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE ou a terceiros.

A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, preservando todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **5.2 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Constituem obrigações e reponsabilidades da CONTRATANTE:

- a) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA;
- b) Fornecer, à CONTRATADA, documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente contrato;
- c) Exercer a fiscalização do contrato;
- d) Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

## **5.3 - SUSTENTABILIDADE**

De acordo com o Decreto Estadual nº 43.629/2012 quando da aquisição de bens, a contratada deverá atender aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

- a) economia no consumo de água e energia;
- b) minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados;
- c) racionalização do uso de matérias-primas;
- d) redução da emissão de poluentes;
- e) adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente;
- f) implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros;
- g) utilização de produtos de baixa toxicidade;
- h) utilização de produtos com a origem ambiental sustentável comprovada, quando existir certificação para o produto.

## **5.4 - SUBCONTRATAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO:**

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

É vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, pois o objeto do presente processo não restringe a concorrência, pela sua característica e pelo fato de estar dividido em itens, permitindo que as empresas tenham capacidade plena para competir individualmente.

## **5.5-GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

Segundo o Art. 98 da Lei Federal nº 14.133/2021:

*“Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada*

*mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.”*

Na aquisição em questão, **não** será exigida garantia contratual por tratar-se de aquisição de bens de consumo com entrega integral e imediata. Segundo a Jurisprudência do TCU, a exigência da prestação de garantia é uma faculdade do gestor e sua previsão deve ser avaliada diante da complexidade do objeto e do risco de encarecimento do objeto:

*“É facultado à Administração exigir prestação de garantia nas contratações de bens, obras e serviços, de modo a assegurar plena execução do contrato e a evitar prejuízos ao patrimônio público.*

*Antes de estabelecer no edital exigência de garantia, deve a Administração, diante da complexidade do objeto, avaliar se realmente é necessária ou se servirá apenas para encarecer o objeto”. [1]*

Ante ao exposto, por tratar-se de uma compra de itens de baixa complexidade, com entrega integral e imediata e sem previsão de assistência técnica, compreendeu-se que não há necessidade de exigência de garantia uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega dos bens. Ademais sua exigência poderia aumentar o custo da aquisição, o que não seria vantajoso para a Administração.

#### **5.6 - APLICABILIDADE DO DISPOSTO NO § 9º DO ART. 25 DA LEI Nº 14.133/2021:**

Não há previsão de percentual mínimo de mão de obra responsável pela execução do objeto desta contratação constituído por mulheres vítimas de violência doméstica e oriundos ou egressos do sistema prisional, visto tratar-se de **aquisição de bem** por meio de Pregão Eletrônico utilizando o Sistema de Registro de Preços, onde os responsáveis pela execução do objeto da contratação são fornecedores e não fabricantes.

#### **5.7 - INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (INCISO I DO CAPUT DO ART. 41 DA LEI 14.133/2021):**

Não há indicação de marca ou modelo prevista para a presente aquisição.

### **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

#### **Condições de Entrega:**

- A entrega dos itens deverá ser feita dentro do horário entre 9 e 16 horas na Odontoclínica Central da Polícia Militar, situada na Rua Professor Clementino Fraga nº 49, CEP: 20230-250, Cidade Nova – Rio de Janeiro. Contato telefônico – 2332-7116. E-mail: [deposito\\_dgo@pmerj.rj.gov.br](mailto:deposito_dgo@pmerj.rj.gov.br). Qualquer mudança no endereço será comunicada aos licitantes vencedores. Cabe ressaltar que a entrega engloba o fornecimento de todos os acessórios, peças e materiais para o perfeito funcionamento e acondicionamento do material adquirido.
- A aquisição dar-se-á conforme a demanda institucional, evidenciada na necessidade do setor solicitante através de Solicitação de Fornecimento de Bens. O prazo estimado para a entrega do(s) objeto(s) pela Contratada de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à emissão da nota de empenho.
- Os itens deverão ser entregues em conformidade com as especificações contidas no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e seus Anexos, assim como na forma das deliberações técnicas específicas emanadas pela Diretoria Geral de Odontologia da SEPM.
- Os itens deverão ser entregues com as respectivas Notas Fiscais, Manuais e Termo de Garantia.
- Os materiais deverão ser novos e entregues em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto à sua originalidade e integridade, devendo estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação, fabricante, procedência, bem como demais informações exigidas na legislação em vigor.
- O objeto poderá sofrer acréscimos ou supressões nos limites previstos no art. 91, §1º e 3º, da Lei Federal nº 14.133/21, assim como o contrato administrativo celebrado considerar-se-á regido por normas de direito público, notadamente no que diz respeito às cláusulas exorbitantes típicas previstas na Lei nº 14.133/21.

- Será rejeitado no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com as condições estabelecidas neste termo de referência, ficando a empresa vencedora obrigada a substituir os materiais recusados no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da notificação expedida pela unidade recebedora, sob pena de aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº. 14.133/21.
- Os materiais deverão possuir **prazo de validade mínimo de 50% do declarado pelo fabricante** no momento da entrega.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:**

### **Gestão do Contrato:**

- O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 48.817/2023).
- O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 48.817/2023).
- O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 48.817/2023).
- O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 48.817/2023).
- O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 48.817/2023).
- O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 48.817/2023).
- O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### **Fiscalização Técnica:**

- O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 48.817 de 2023);
- O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 48.817 de 2023);
- Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 48.817 de 2023);

- O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 48.817 de 2023);
- No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 48.817 de 2023);
- O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 48.817 de 2023).

· **Fiscalização Administrativa:**

- O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto nº 48.817 de 2023);
- Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 48.817 de 2023);
- A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/21, Art. 17, caput), de acordo com as indicações abaixo:

Nome/ Posto/ RG	ID	CPF	Função
MAJ PM DENT 76.823 Bernardo Ballarin Martinho da Rocha	2448297-8	075.229.547-03	Gestor
<b>MAJ PM DENT 76.897 Roberta Rocha Pedreira</b>	<b>2448680-6</b>	<b>077.982.947-67</b>	<b>Fiscal</b>
CAP PM DENT 76.844 Rodrigo Nascentes San Sebastian	2447614-5	070.805.017-41	Fiscal

**8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:**

· **RECEBIMENTO**

- 8.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## · LIQUIDAÇÃO

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **60 dias** para fins de liquidação.

8.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.9.1. o prazo de validade;

8.9.2. a data da emissão;

8.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.9.5. o valor a pagar; e

8.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## · PRAZO DE PAGAMENTO

8.17. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **60 (sessenta) dias** contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

8.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

8.18.1. Da escolha do índice de reajuste:

· A partir do exame do objeto da licitação poderá ser avaliado qual será o critério de reajuste: (i) aplicação de um indicador inflacionário (por exemplo, o IPCA do IBGE) ou (ii) variação dos custos verificados a partir de um acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

· Considerando que o objeto da pretensa aquisição são insumos odontológicos, não há índice setorial ou específico capaz que refletir a variação dos custos. Por este motivo, foi adotado um índice geral consagrado, o **IPCA**.

## · FORMA DE PAGAMENTO

8.19. O pagamento será efetuado à vista, em parcela única, em favor da Contratada através de conta corrente de titularidade desta junto à instituição financeira contratada pelo Estado (Banco Bradesco), devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

8.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. O Contratado deverá emitir Nota Fiscal, Fatura ou Recibo em observância às regras de retenção do imposto de renda (IR) dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012 e suas atualizações, conforme disposto no Decreto nº 48.692/2023.

8.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

### **· FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO POR PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, através de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, com fundamento na hipótese do Art. 28, inciso I, e Art. 40, inciso II da Lei n.º 14.133/2021 e Decretos Estaduais 48.816/2023 e 48.843/2023, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**.

O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “**aberto e fechado**”, devendo os licitantes apresentarem lances públicos e sucessivos, com lance final fechado, pois este modo caracteriza a sistemática originariamente concebida para o pregão presencial.

O modo de disputa aberto/fechado justifica-se pela transparência proporcionada pelos lances públicos e pela idéia de aumentar a oportunidade de os licitantes melhorarem suas propostas, permitindo à Administração conseguir um menor preço.

A adoção combinada dos parâmetros mencionados acima justifica-se pela natureza dos bens- bens comuns- que direcionam o certame para o caso em questão.

O critério de menor preço é o habitualmente empregado, permitindo a maior competitividade possível. O modo de disputa aberto/fechado justifica-se pela transparência proporcionada pelos lances públicos e pela ideia de aumentar a oportunidade de os licitantes melhorarem suas propostas, permitindo à Administração conseguir um menor preço.

Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133/2021](#).

O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação, podendo ser prorrogado, por igual período, salvo se houver justificativa para prazo diverso aceito pela Administração.

### **· FORMA DE FORNECIMENTO**

O fornecimento do objeto será de acordo com a demanda das USBs conforme Edital.

### **· EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

§ **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

§ **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

§ **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

§ **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

§ **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

§ **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de

documento comprobatório de seus administradores;

§ **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

§ **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

§ Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

§ Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Segurança Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

§ Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

§ Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

§ Prova de inscrição no cadastro de contribuintes ESTADUAL/DISTRITAL relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

§ Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

§ Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos ESTADUAL/DISTRITAL relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

§ O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

§ Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

§ Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

§ Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

c) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Caso a empresa contratada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% [dez por cento] do valor total estimado da contratação.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

## **10 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

10.1. A qualificação técnica compreende o conjunto de requisitos profissionais que o licitante apresenta para demonstrar que possui

aptidão técnica para executar o objeto contratual. Inicialmente, cumpre registrar que a própria Lei nº 14.133/2021, ao disciplinar a documentação relativa à qualificação técnica dos licitantes, apresenta os limites a serem observados pela Administração.

**“Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:**

*I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;*

*II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do [§ 3º do art. 88 desta Lei](#);*

*III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;*

**IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso; (Grifo nosso)**

*V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;*

*VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.”*

10.2. Será exigido certificado de regular inscrição da sociedade junto ao órgão de classe, ou documento que o valha, com a indicação do responsável técnico. Porém, de forma a evitar que a participação no certame fique restrita aos já inscritos na localidade ou que haja imposição de ônus desnecessário aos participantes, o que poderia reduzir o interesse de potenciais proponentes, esta comprovação será exigida somente para fins de celebração do Contrato.

*"A exigência de registro na entidade de fiscalização profissional competente do local da execução dos serviços deve ocorrer no momento da celebração do contrato, não na fase de qualificação técnica, a fim de se evitar que a participação no certame fique restrita aos já inscritos na localidade e que haja imposição de ônus desnecessário aos interessados (art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, c/c Súmula TCU 272)." Acórdão 505/2021-Plenário.*

Conforme disposto no art. 67, inciso IV, a prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial poderá ser exigida quando for o caso. Neste passo, vale ressaltar que o objeto desta aquisição é enquadrado como **CORRELATO**, segundo definição trazida pelos incisos do artigo 4 da Lei nº 5.991/73, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências.

*Art. 4 - Para efeito desta Lei, são adotados os seguintes conceitos:*

*I - Droga - substância ou matéria-prima que tenha finalidade medicamentosa ou sanitária;*

*II - Medicamento - produto farmacêutico, tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnósticos;*

*III - Insumo Farmacêutico - droga ou matéria-prima aditiva ou complementar de qualquer natureza, destinada a emprego em medicamentos, quando for o caso, e seus recipientes;*

**IV - Correlato - a substância, produto, aparelho ou acessório não enquadrado nos conceitos anteriores, cujo uso ou aplicação esteja ligado à defesa e proteção da saúde individual ou coletiva, à higiene pessoal ou de ambientes, ou afins diagnósticos e analíticos, os cosméticos e perfumes, e ainda os produtos dietéticos, óticos, de acústica médica, odontológicos e veterinários.**

*(Grifo nosso)*

10.3. O Licenciamento Sanitário, conforme RDC 260/2021, é o “ato legal que permite o funcionamento de estabelecimentos, constatada sua conformidade com requisitos legais e regulamentares”, sendo o Alvará Sanitário, conforme Lei 13.317/1999 “o documento expedido por intermédio de ato administrativo privativo do órgão sanitário competente, contendo permissão para o funcionamento dos estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário”.

10.4. A regulamentação das condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360/76 é dada pelo Decreto nº 8.077/2013, que, em seu artigo 2º, estabelece que o exercício de atividades relacionadas aos referidos produtos dependerá de autorização da ANVISA e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente de saúde dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, observados os requisitos técnicos definidos em regulamento desses órgãos. A licença de funcionamento sanitário tem por base, ainda, a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a RDC n.º 153/2017, conjugada com a Instrução Normativa nº 16/2017 ANVISA, já citadas.

Dessa forma, solicitar a apresentação da Licença de Funcionamento Sanitário no momento da qualificação técnica possui respaldo legal, uma vez que essas atividades não podem ser realizadas sem o devido licenciamento na autarquia competente.

O registro de produto é uma certificação feita pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) obrigatória para as empresas fabricantes e importadoras de produtos alimentícios, produtos de saúde, farmacêuticos, correlatos, saneantes e cosméticos. Neste processo a Anvisa avalia questões como segurança, usabilidade, riscos à saúde, informações e características dos produtos, entre outros. É a partir da avaliação e aprovação desse processo que as empresas podem comercializar os produtos. Trata-se, portanto, de controle feito antes da comercialização, sendo utilizado no caso de produtos que possam apresentar eventuais riscos à saúde pública, como no caso dos itens constantes do objeto desta aquisição, uma vez que são materiais odontológicos.

Vale mencionar que o registro de produtos de saúde é o ato legal que reconhece a adequação de um produto à legislação sanitária, que objetiva garantir a sua segurança e eficácia para o uso que se propõe, e sua concessão é dada pela Anvisa, o que é respaldado pelo texto constitucional, pois compete ao Sistema Único de Saúde (SUS) “controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde” e “executar ações de vigilância sanitária” (art. 200, I e II da CF).

O artigo 8º caput e parágrafo 1º, inciso VI da Lei 9.782 de 1999, que cria a Anvisa, corroboram esse entendimento ao estabelecer que:

*“Art. 8º Incumbe à Agência, respeitada a legislação em vigor, regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública.*

*§ 1º Consideram-se bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência:*

*(...)*

*VI - equipamentos e materiais médico-hospitalares, **odontológicos** e hemoterápicos e de diagnóstico laboratorial e por imagem” (grifo nosso).*

Cabe à empresa fabricante ou importadora a responsabilidade pela qualidade e segurança dos produtos registrados junto à Anvisa, tendo como diretriz a Lei nº. 5.991/1973, a qual prescreve que correlato é “a substância, produto, aparelho ou acessório não enquadrado nos conceitos anteriores, cujo uso ou aplicação esteja ligado à defesa e proteção da saúde individual ou coletiva, à higiene pessoal ou de ambientes, ou a fins diagnósticos e analíticos, os cosméticos e perfumes, e, ainda, os produtos dietéticos, óticos, de acústica médica, **odontológicos** e veterinários”.

Por todo o exposto, evidencia-se que a exigência de registro válido na ANVISA na qualificação técnica não se mostra excessiva, uma vez que tem por objetivo evitar que licitantes que não estejam em dia com as obrigações impostas pela Vigilância Sanitária vençam o certame, podendo retardar o procedimento ou até mesmo ofertar produtos que venham causar prejuízos à saúde dos pacientes.

#### 10.5 - Para fins de comprovação de qualificação técnica são solicitados os seguintes documentos:

- Certificado de regular inscrição da sociedade junto ao órgão de classe, ou documento que o valha, com a indicação do responsável técnico. De forma a evitar que a participação no certame fique restrita aos já inscritos na localidade ou que haja imposição de ônus desnecessário aos participantes, o que poderia reduzir o interesse de potenciais proponentes, esta comprovação será exigida somente para fins de celebração do Contrato.
- Licença de Funcionamento do exercício em vigor conferida pelo Órgão Municipal ou Estadual de Vigilância Sanitária para as empresas cujas atividades econômicas estejam sujeitas a regulamentação pela Vigilância Sanitária, nas seguintes hipóteses de acordo com a RDC 153/17 e IN 16/2017:
  - a. Licença de Funcionamento Sanitário LFS, emitido pelo Órgão Sanitário competente. Caso a LFS esteja vencida, deverá ser apresentado também o documento que comprove seu pedido de revalidação;
  - b. Cadastro Sanitário poderá ser apresentado no lugar da Licença de Funcionamento Sanitário, desde que seja juntado pela empresa arrematante os atos normativos que autorizam a substituição;
  - c. Para fins de comprovação da Licença de Funcionamento Sanitário poderá ser aceito a publicação do ato no Diário Oficial, devendo estar grifado o local onde estiver impressa a LFS;
  - d. A Licença emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária deverá estar dentro do prazo de validade. Nos Estados e Municípios em que os órgãos competentes não estabelecem validade para Licença, deverá ser apresentada a respectiva comprovação legal;
- Certificados de Registro dos Produtos e Insumos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), devendo constar a validade (dia/mês/ano), por meio de:
  - a. Cópia do registro do Ministério da Saúde Publicado no D.O.U, grifado o número relativo a cada produto cotado ou cópia emitida eletronicamente através do sítio oficial da Agência de Vigilância Sanitária; ou
  - b. Protocolo de solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do artigo 12 da Lei 6360/76, de 23 de setembro de 1976.
  - c. Para os produtos isentos de registro na ANVISA: a empresa arrematante deverá comprovar essa isenção através de documento ou informe do site da ANVISA, desde que contenha data e hora da consulta, informando que o insumo é isento de registro ou Resolução da Diretoria Colegiada – RDC correspondente que comprove a isenção do objeto ofertado.

#### **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

Os valores utilizados na planilha abaixo foram obtidos através de email para fornecedores, conforme Anexo III - Email Fornecedores (79838569) e o custo total estimado da aquisição foi de R\$ 84.616,93 (oitenta e quatro mil seiscentos e dezesseis reais e noventa e três

centavos).

É importante destacar que o presente processo será enviado ao setor responsável pela Pesquisa de Mercado na Diretoria de Suprimentos de Saúde Bucal (DSSB), a DSSB 4- Pesquisa de Mercado, para a realização de novas cotações, compondo uma cesta aceitável de preços, podendo ser aproveitados os valores já encontrados, caso estejam com as propostas na validade requerida pela Lei, de 180 dias e, a partir daí, será obtido o valor da aquisição, de acordo com o critério de aceitabilidade designado pela Ordenadora de Despesas.

ITEM	ID SIGA	NOME	DESCRIÇÃO	Unidade	QUANTIDADE SEPM	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	67274	ARCO AÇO .014" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL CROMO, DIMENSAO: .014" L	PCT C/10	37	R\$ 22,00	R\$ 814,00
2	67275	ARCO AÇO .014" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: NIQUEL CROMO, DIMENSAO: 014" U	PCT C/10	23	R\$ 20,00	R\$ 460,00
3	67273	ARCO AÇO .016" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL CROMO, DIMENSAO: 016" L	PCT C/10	31	R\$ 22,00	R\$ 682,00
4	71625	ARCO AÇO .016"X.022" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: CrNi , DIMENSAO: .016"x.022" O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 10 unidades	PCT C/10	43	R\$ 22,00	R\$ 946,00
5	71610	ARCO AÇO .016"X.022" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: CrNi , DIMENSAO: .016"x.022" O valor unitário (UN) a ser cotado deverá ser de 01 pacote com 10 unidades	PCT C/10	158	R\$ 22,00	R\$ 3.476,00
6	147955	ARCO AÇO .017"X.025" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE-CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL CROMO, DIMENSAO: 0,17" X 0,25", FORMA FORNECIMENTO: PACOTE COM 10 UNIDADES	PCT C/10	28	R\$ 22,00	R\$ 638,00
7	71628	ARCO AÇO .017"X.025" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: CrNi , DIMENSAO: .017"x.025"	PCT C/10	171	R\$ 22,00	R\$ 3.784,00
9	67276	ARCO AÇO .018" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: NIQUEL CROMO, DIMENSAO: 018" U	PCT C/10	23	R\$ 20,00	R\$ 460,00
10	65261	ARCO AÇO .019"X.025" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: CrNi , DIMENSAO: .019"x.025"	PCT C/10	39	R\$ 22,00	R\$ 880,00
11	65260	ARCO AÇO .019"X.025" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: CrNi , DIMENSAO: .019"x.025"	PCT C/10	160	R\$ 18,47	R\$ 2.955,20
12	72580	ARCO AÇO .020" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: CrNi , DIMENSAO: .020"	PCT C/10	72	R\$ 22,00	R\$ 1.606,00
13	72578	ARCO AÇO .020" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: CrNi, DIMENSAO: .020"	PCT C/10	43	R\$ 17,30	R\$ 761,20
14	71053	ARCO EXTRAORAL MÉDIO DURO	ARCO ORTODONTICO - TIPO: EXTRA ORAL MEDIO DURO, MATERIAL: ACO INOX, DIMENSAO: 1,15mm (045°)	UN	12	R\$ 19,50	R\$ 234,00
15	72422	ARCO NITI .012" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: .012"	PCT C/10	86	R\$ 20,00	R\$ 1.740,00
16	655	ARCO NITI .012" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: 012 ""	PCT C/10	200	R\$ 14,50	R\$ 2.914,50
17	650	ARCO NITI .014" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: 014 ""	PCT C/10	84	R\$ 20,00	R\$ 1.680,00

18	65472	ARCO NITI .014" INFERIOR REVERSO	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO REVERSO INFERIOR - INTRAORAL, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: .014"	PCT C/10	22	R\$ 20,00	R\$ 440,00
19	656	ARCO NITI .014" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: 014 ""	PCT C/10	31	R\$ 20,00	R\$ 640,00
20	67329	ARCO NITI .016" INFERIOR REVERSO	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO REVERSO INFERIOR , MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: 016`	PCT C/10	12	R\$ 20,00	R\$ 240,00
21	71056	ARCO NITI .016" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: 016`	PCT C/10	205	R\$ 20,00	R\$ 4.100,00
22	72024	ARCO NITI .016"X.022" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: .016`x.022`	PCT C/10	198	R\$ 22,00	R\$ 4.356,00
23	72026	ARCO NITI .017"X.025" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: .017`x.025`	PCT C/10	177	R\$ 22,00	R\$ 3.916,00
24	652	ARCO NITI .018" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: 018 ""	PCT C/10	97	R\$ 8,90	R\$ 872,20
25	72123	ARCO NITI .019"X.025" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: .019`x.025`	PCT C/10	98	R\$ 20,00	R\$ 1.960,00
26	65262	ARCO NITI .019"X.025" INFERIOR REVERSO	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO REVERSO INFERIOR , MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: .019`x.025`	PCT C/10	18	R\$ 22,00	R\$ 418,00
27	72034	ARCO NITI .019"X.025" SUPERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO SUPERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO, DIMENSAO: .019`x.025`	PCT C/10	50	R\$ 22,00	R\$ 1.122,00
28	65518	ARCO NITI TERMO .016" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO TERMOATIVADO, DIMENSAO: .016`	PCT C/10	150	R\$ 20,00	R\$ 3.020,00
29	65263	ARCO NITI TERMO .016"X.022" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO TERMOATIVADO, DIMENSAO: .016`x.022`	PCT C/10	156	R\$ 22,00	R\$ 3.432,00
30	65270	ARCO NITI TERMO .017"X.025" INFERIOR	ARCO ORTODONTICO - TIPO: PRE - CONTORNADO INFERIOR, MATERIAL: NIQUEL TITANIO TERMOATIVADO, DIMENSAO: .017`x.025`	PCT C/10	60	R\$ 22,00	R\$ 1.320,00
31	70620	ELÁSTICO CORRENTE CURTO	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: CORRENTE, FORCA: NAO APLICAVEL, COR: CINZA, TAMANHO: CURTO - COM 4,5 METROS	UN	40	R\$ 49,59	R\$ 2.033,19
32	70676	ELÁSTICO CORRENTE LONGO	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: CORRENTE, FORCA: NAO APLICAVEL, COR: CINZA, TAMANHO: LONGO 4,5M	UN	26	R\$ 49,59	R\$ 1.338,93
33	70679	ELÁSTICO CORRENTE MÉDIO	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: CORRENTE, FORCA: NAO APLICAVEL, COR: CINZA, TAMANHO: MEDIO 4,5M	UN	81	R\$ 49,59	R\$ 4.016,79
34	6398	ELÁSTICO EXTRAORAL 1/2 MÉDIO	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: EXTRAORAL, FORCA: MEDIA, COR: NATURAL, TAMANHO: 1/2"" (12,7MM)""	PCT C/100	98	R\$ 32,21	R\$ 3.188,79
35	65380	ELÁSTICO EXTRAORAL 1/2 PESADO	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: EXTRAORAL, FORCA: PESADA, COR: NATURAL, TAMANHO: 1/2` (12,7MM)	PCT C/100	91	R\$ 33,11	R\$ 3.013,01
36	6400	ELÁSTICO INTRAORAL 1/4 MÉDIO	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: INTRAORAL, FORCA: NAO APLICAVEL, COR: NATURAL, TAMANHO: 1/4"" (6,35MM)""	PCT C/1000	102	R\$ 34,01	R\$ 3.469,02

38	6401	ELÁSTICO INTRAORAL 1/8 MÉDIO	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: INTRAORAL, FORÇA: NAO APLICAVEL, COR: NATURAL, TAMANHO: 1/8"" (3,2MM)""	PCT C/1000	71	R\$ 32,21	R\$ 2.319,12
39	6402	ELÁSTICO INTRAORAL 3/16 MÉDIO	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: INTRAORAL, FORÇA: NAO APLICAVEL, COR: NATURAL, TAMANHO: 3/16"" (4,8MM)""	PCT C/1000	183	R\$ 33,11	R\$ 6.059,13
40	65381	ELÁSTICO INTRAORAL 3/8 LEVE	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: INTRAORAL, FORÇA: LEVE, COR: NATURAL, TAMANHO: 3/8""	PCT C/1000	4	R\$ 38,52	R\$ 154,08
41	6403	ELÁSTICO INTRAORAL 5/16 MÉDIO	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: INTRAORAL, FORÇA: NAO APLICAVEL, COR: NATURAL, TAMANHO: 5/16"" (7,94MM)""	PCT C/1000	26	R\$ 35,81	R\$ 966,87
43	144362	ELÁSTICO LIGADURA COLORIDO	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: LIGADURA, FORÇA: N/A, COR: MULTICORES, TAMANHO: UNICO, FORMA FORNECIMENTO: PACOTE 10 BENGALINHAS	PCT C/1000	95	R\$ 34,46	R\$ 3.308,16
44	65379	ELÁSTICO ROTADOR	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: INTRAORAL ROTADORES, FORÇA: NAO APLICAVEL, COR: CINZA, TAMANHO: UNICO	PCT C/100	10	R\$ 34,01	R\$ 374,11
45	70562	ELÁSTICO SEPARADOR	ELASTICO ORTODONTICO - TIPO: SEPARADOR, FORÇA: NAO APLICAVEL, COR: AZUL, TAMANHO: ØInt. 1.60 x ØExt. 4.0	PCT C/1000	15	R\$ 33,56	R\$ 536,96
46	54904	FIO AMARRILHO .010"	FIO ORTODONTICO - TIPO: AMARRILHO , FORMATO: REDONDO, DIMENSAO: .010"" (0,25MM), MATERIAL: ACO INOX	UN	8	R\$ 27,82	R\$ 250,38
47	65358	FIO AMARRILHO .012"	FIO ORTODONTICO - TIPO: AMARRILHO , FORMATO: REDONDO, DIMENSAO: .012"" , MATERIAL: CrNi	UN	17	R\$ 26,02	R\$ 468,36
48	65359	FIO DURO ELÁSTICO .024" (0,6MM)	FIO ORTODONTICO - TIPO: DURO ELASTICO, FORMATO: REDONDO, DIMENSAO: .024"" (0,60MM), MATERIAL: CrNi	UN	2	R\$ 17,41	R\$ 52,23
49	65360	FIO DURO ELÁSTICO .028" (0,7MM)	FIO ORTODONTICO - TIPO: DURO ELASTICO, FORMATO: REDONDO, DIMENSAO: .028"" (0.70MM) , MATERIAL: CrNi	UN	2	R\$ 17,41	R\$ 52,23
50	68524	FIO DURO ELÁSTICO .032" (0,8MM)	FIO ORTODONTICO - TIPO: DURO ELASTICO, FORMATO: REDONDO, DIMENSAO: .032"" - 0,80 mm, MATERIAL: CrNi	UN	2	R\$ 17,41	R\$ 52,23
51	68525	FIO DURO ELÁSTICO .036" (0,9MM)	FIO ORTODONTICO - TIPO: DURO ELASTICO, FORMATO: REDONDO, DIMENSAO: .036"" - 0,90mm, MATERIAL: CrNi	UN	2	R\$ 17,41	R\$ 52,23
52	65361	FIO DURO ELÁSTICO .040" (1,MM)	FIO ORTODONTICO - TIPO: DURO ELASTICO, FORMATO: REDONDO, DIMENSAO: .040"" (1,00 MM) , MATERIAL: CrNi	UN	2	R\$ 17,41	R\$ 52,23
53	67931	FIO KOBAYASHI LONGO .012"	FIO ORTODONTICO - TIPO: AMARRILHO KOBAYASHI LONGO, FORMATO: REDONDO, DIMENSAO: .012"" , MATERIAL: ACO INOX	PCT C/100	6	R\$ 20,00	R\$ 120,00
54	54872	VARETA AÇO .017"X.022"	FIO ORTODONTICO - TIPO: VARETA, FORMATO: RETANGULAR, DIMENSAO: .017"" X .022"" , MATERIAL: ACO INOX	PCT C/10	3	R\$ 30,00	R\$ 120,00
55	54902	VARETA AÇO .018"	FIO ORTODONTICO - TIPO: VARETA , FORMATO: REDONDO - TIPO STANDARD, DIMENSAO: .018""(0,45), MATERIAL: ACO INOX	PCT C/10	1	R\$ 60,96	R\$ 121,92
56	54903	VARETA AÇO .019"X.025"	FIO ORTODONTICO - TIPO: VARETA , FORMATO: RETANGULAR TIPO STANDARD, DIMENSAO: .019"" X .025"" , MATERIAL: ACO INOX	PCT C/10	2	R\$ 60,96	R\$ 182,88

57	54901	VARETA AÇO .020"	FIO ORTODONTICO - TIPO: VARETA, FORMATO: REDONDO - TIPO STANDARD, DIMENSAO: .020``, MATERIAL: ACO INOX	PCT C/ 10	2	R\$ 60,96	R\$ 182,88
58	185682	VARETA TMA .017"X.025"	FIO ORTODONTICO, TIPO: VARETA, FORMATO: RETANGULAR, DIMENSAO: 0,017`` X 0,025``, MATERIAL: LIGA DE TITANIO E MOLIBDENIO, FORMA FORNECIMENTO: TUBO 10 UNIDADES	PCT C/ 10	24	R\$ 60,96	R\$ 1.524,00
59	71826	VARETA TMA .018"X.025"	FIO ORTODONTICO, TIPO: VARETA, FORMATO: RETANGULAR, DIMENSAO: .018`` x .025``, MATERIAL: TiMo	PCT C/ 10	25	R\$ 60,96	R\$ 1.584,96
60	144329	VARETA TWIST-FLEX .018"	FIO ORTODONTICO - TIPO: TWIST - FLEX, FORMATO: REDONDO, DIMENSAO: .018``(0,45), MATERIAL: ACO INOX, FORMA FORNECIMENTO: PACOTE 10 UN	PCT C/ 10	5	R\$ 26,71	R\$ 133,55
61	185680	VARETA TWIST-FLEX .020"	FIO ORTODONTICO, TIPO: VARETA, FORMATO: REDONDO, DIMENSAO: 0.020 POLEGADAS, MATERIAL: CRNI, FORMA FORNECIMENTO: TUBO 10 UNIDADES	PCT C/ 10	2	R\$ 26,71	R\$ 80,13
							R\$ 84.616,93

## 12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A pretensa contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) 2025, do Fundo de Saúde da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (FUSPOM/FUNESPOM), elaborado por meio do Sistema PCA-RJ, conforme previsto no Decreto 48.760/2023, e publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: [42498600000171-0-000052/2025](#), na forma do § 1º do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021. Foi anexado à árvore processual no documento 85367366.

Conforme o Decreto Estadual 48.843/2023, em seu artigo 11º, a disponibilidade de créditos orçamentários será solicitada ao setor responsável (SEPM/Diretoria de Finanças), quando da contratação, antes do prosseguimento processual.

## 13. SANÇÕES:

De acordo com o art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

- A **advertência** será aplicada exclusivamente quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

- A **multa**, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133/2021](#).

- O **impedimento de licitar e contratar** será aplicado ao responsável pelas seguintes infrações administrativas:

Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Dar causa à inexecução total do contrato;

Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Esta sanção será aplicada às infrações anteriores quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

- A **emissão de declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações administrativas:

Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

Tal sanção será aplicada também nas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da lei que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

A emissão de declaração de inidoneidade será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

A advertência, o impedimento de licitar e contratar e a declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A aplicação das sanções previstas no art. 155 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.1. O licitante que, convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficar, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

- a) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com a consequente suspensão de seu registro no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- b) multas previstas em edital e no contrato.

13.1.1. As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins deste item são assim consideradas:

- I – Retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;
- II – Não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;
- III – Falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;
- IV – Fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e
- V – Comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

13.2. Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

13.3. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

13.3.1. Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no item 13.3 também deverão ser considerados para a sua fixação.

13.4. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente.

13.4.1. As sanções previstas na alínea b do item 13.1 e nas alíneas a e b, do item 13.2 serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

13.4.2. As sanções previstas na alínea a do item 13.1 e na alínea c, do item 13.2 serão impostas pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

13.4.3. A aplicação da sanção prevista na alínea d, do item 13.2, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

13.5. As multas administrativas, previstas na alínea b do item 13.1 e na alínea b, do item 13.2:

- a) corresponderão ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicadas de acordo com a gravidade da

infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra sanção;

c) não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;

f) deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

13.6. A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do item 13.2:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

13.7. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do item 13.2, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

13.7.1. A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

13.8. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

13.9. Se o valor das multas previstas na alínea b do item 13.1, na alínea b, do item 13.2 e no item 13.8, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

13.10. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

13.11. A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

13.11.1 Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

13.11.2. A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

13.11.2.1 A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a e b do item 13.1 e nas alíneas a, b e c, do item 13.2, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do item 13.2.

13.11.3. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

13.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela Entidade, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas, de acordo com as peculiaridades do caso concreto.

13.13. As penalidades previstas nos itens 13.1 e 13.2 também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

13.13.1 Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

a) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 156, III da Lei nº14.133/21);

b) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 156, IV da Lei nº14.133/21).

13.14. As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo ÓRGÃO LICITANTE no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

13.14.1 Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de Logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea a do item 13.1 e nas alíneas c e d do item 13.2, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

13.14.2 A aplicação das sanções mencionadas no subitem 13.14.1 deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

#### **14. AMOSTRA:**

14.1. Poderá ser exigido do fornecedor provisoriamente colocado em primeiro lugar a apresentação de AMOSTRAS do item arrematado, de acordo com o art. 41 da Lei nº 14.133/21, que serão encaminhados para análise pela Diretoria Geral de Odontologia. Fica facultada à Administração a avaliação das amostras em catálogos ou folders, em detrimento da apresentação de amostras físicas, desde que as informações apresentadas estejam atualizadas e em total acordo com a proposta.

14.2. As amostras apresentadas para análise deverão ser encaminhadas com o catálogo técnico original do fabricante e deverão estar corretamente identificadas com o nome do licitante responsável pelo envio, bem como o nº do item. O catálogo apresentado deve estar em língua portuguesa, ou em caso de material importado, o original deverá estar acompanhado de tradução juramentada, comprovando todas as características do material ofertado.

14.3. A apresentação da amostra do produto cotado tem por objetivo a verificação de sua compatibilidade com a especificação do objeto desta licitação, devendo ser atendida no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados a partir da sua notificação.

14.4. A amostra será analisada por um representante, Oficial Dentista, designado pela Presidente da Comissão de Apoio Técnico da DGO, cuja composição foi pública em BOL PM nº 12 de 10 de maio de 2024. Durante o procedimento de análise será realizada a inspeção visual, mensuração e prova de funcionalidade com testagem do objeto, mediante a utilização em conjunto com os componentes aos quais se destina, em contexto laboratorial. Os objetos serão considerados aprovados a critério do Oficial avaliador desde que contemplem ou excedam, em funcionalidade, as especificações contidas neste Termo de Referência. Um laudo motivado acerca do produto apresentado será emitido, podendo, ainda, serem realizados testes em laboratórios especializados ou quaisquer outros procedimentos necessários para a adequada verificação da amostra apresentada, sem ônus para a CONTRATANTE.

14.5. O documento com a data, período e local da avaliação das amostras será previamente incluído na árvore processual para ciência de todos os interessados em acompanhar o procedimento de análise das amostras. O pregoeiro ficará responsável por enviar estas informações aos fornecedores e interessados.

14.6. As amostras aprovadas poderão permanecer em poder da Administração, até a entrega de todo o quantitativo cotado pelo licitante.

14.7. A proposta do licitante será desclassificada no caso de a amostra ser reprovada, devendo o mesmo ser notificado para ciência do laudo e retirada da amostra. A desclassificação da proposta acarretará o consequente chamamento do segundo colocado, adotando-se o mesmo procedimento em relação à amostra.

14.8. Os resultados obtidos da avaliação das amostras serão acostados ao processo SEI, tão logo estejam concluídos todos os procedimentos necessários para a análise. As amostras aprovadas poderão permanecer em poder da Administração, até a entrega de todo o quantitativo cotado pelo licitante.

14.9. A proposta do fornecedor será desclassificada no caso de a amostra ser reprovada, devendo o mesmo ser notificado, para ciência do laudo e retirada da amostra. Caso a amostra não seja retirada pelo licitante no prazo de 10 (dez) dias úteis, presumir-se-á seu desinteresse em relação à retirada, e a amostra poderá ser descartada ou incorporada ao patrimônio da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

14.10. A desclassificação da proposta na forma prevista no subitem anterior acarretará o consequente chamamento do segundo colocado, adotando-se o mesmo procedimento em relação à solicitação de amostra.

14.11. Fica facultado à Administração aceitar a apresentação de catálogos e descrição detalhada do material a ser entregue em substituição a apresentação das amostras físicas.

#### **15. RESULTADOS ESPERADOS:**

Com a contratação, espera-se abastecer as USBs com **ARCOS, FIOS E ELÁSTICOS ORTODÔNTICOS** necessários para a

prestação de assistência odontológica aos beneficiários do FUSPOM.

## 16. DISPOSIÇÕES FINAIS:

16.1. Os licitantes poderão comparecer, no período compreendido entre 09h e 16h, em até 02 (dois) dias úteis antecedentes ao certame, na Diretoria de Logística da PMERJ (DL/3 – FUSPOM), localizada no Quartel General da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, situado à Rua Evaristo da Veiga nº 78, Centro, Rio de Janeiro/RJ, para o esclarecimento de dúvidas acerca do objeto contratual.

16.2. Quaisquer dúvidas relacionadas às condições estabelecidas neste Termo, se não sanadas no instrumento convocatório (Edital), poderão ser esclarecidas junto à Diretoria Geral de Odontologia (DGO) da Polícia Militar, situada à Rua Prof. Clementino Fraga nº 49 - Centro, Rio de Janeiro, respeitado o prazo estabelecido no item 16.1 deste termo.

16.3. A publicidade do Edital de Licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 54 da Lei 14.133/2021.

16.4. A equipe de planejamento responsável pela fase interna do presente processo é composta por MAJ DENT LÍLIA BEATRIZ SOARES DE M. FARIA, CAP PM DENT ÉRIKA DA SILVA LIMA e CAP PM DENT ANA LUÍZA LUZ FERNANDES DA SILVA.

16.5. Havendo divergências entre o descritivo do Termo de Referência e o descritivo que consta do sistema SIGA, deverá ser considerado sempre o que consta do TERMO DE REFERÊNCIA.

**ANA LUÍZA** Luz Fernandes da Silva  
CAP PM DENT - RG 89593 - ID 4398557  
Assessora Técnica/DSSB 2  
DSSB – DGO - SEPM

Rio de Janeiro, 04 novembro de 2024



Documento assinado eletronicamente por **Ana Luiza Luz Fernandes Cavalcanti, Capitã Polícia Militar**, em 12/11/2024, às 08:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **86763940** e o código CRC **ADA76F0D**.

Referência: Processo nº SEI-350008/004474/2024

SEI nº 86763940

Rua Evaristo da Veiga, Nº 78 - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-040  
Telefone: